

“FAZER VIVER, DEIXAR MORRER”: COMO A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR ATRAVESSA FRONTEIRAS DE PRÁTICAS DE CONTROLE E FAZ IMPLODIR TEMÁTICAS ABORTIVAS?

Amanda Vidigal Souza¹

Fernanda de Oliveira²

Rafaela Bassani Gonçalves Secato¹

Thiago Pereira Machado³

RESUMO

A escola é um espaço de convivência, de transmissão e discussão de conhecimentos científicos, de trocas significativas e, também, de construção socioafetiva. Nesse sentido, esta pesquisa propôs uma intervenção sobre educação sexual com alunos de uma escola pública estadual de Cachoeiro de Itapemirim/ES, com a periodicidade de quatros encontros, duração média de uma hora e o tema que mais repetia-se e movimentava o grupo era a questão do aborto. Como metodologia foi-se utilizada a Cartografia, que possibilitou um percurso de construção coletiva, a partir de disparadores que tinham o objetivo despertar as potencialidades dos adolescentes na criação de novos territórios e germinação de outros mundos. Entendeu-se que cartografar territórios é lidar com afetações que repercutem para além da experiência momentânea da pesquisa.

Palavras-Chave: educação sexual; escola; adolescência.

ABSTRACT

The school is a space for coexistence, for the transmission and discussion of scientific knowledge, for significant exchanges, and also for socio-affective construction. This research proposed an intervention about sex education with

¹ 1- Acadêmicas do curso de Psicologia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES

² 2- Psicóloga – Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES

³ 3- Psicólogo, Mestre em Psicologia Institucional – PPGPSI/UFES – Docente Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES

students from a community school in Cachoeiro de Itapemirim/ES, with the frequency of four meetings, one hour each one. The theme that was most repeated and excited the group was the issue of abortion. As a methodology, Cartography was used, which enabled a course of collective construction, based on triggers that had the objective of awakening the potential of adolescents in the creation of new territories and the germination of other worlds. It was understood that mapping territories are dealing with affectations that have repercussions beyond the momentary experience of the research.

1 INTRODUÇÃO

As escolas têm um papel fundamental na construção social e afetiva dos sujeitos. Por isso, devem abranger variadas temáticas para além dos conteúdos programáticos, pois o ambiente escolar é rico em trocas significativas que serão internalizadas para além dos muros escolares (BNCC, 2018; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009a; CAMPOS, 2015; LOURO, 2021). Nesse sentido, a educação sexual também deve ser entendida como um ensino indispensável no currículo escolar.

Porém, a realidade de muitas escolas diverge daquilo que é sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, como temas transversais no tocante à diversidade sexual (BRASIL, 2009a). Posto isso, o acesso à educação e a informativos que se refere à saúde sexual, é urgente para que os adolescentes possam se proteger e tomar atitudes responsáveis e conscientes (OMS, 2020).

Para tanto, é preciso compreender que a sexualidade trata-se de um fenômeno biopsicossocial que vai além da lógica biologicista (BRASIL, 2009a), logo, a escola deve garantir um ensino que abarque e dialogue com os processos constituintes da sexualidade (LOURO, 2021).

Sendo assim, a presente pesquisa faz uma retomada na história da sexualidade, realiza um breve apanhado no que diz respeito à educação sexual, sobretudo, no cotidiano escolar e desconstrói a adolescência como uma fase naturalmente complicada. Do mesmo modo, faz uma analogia à teoria clássica da soberania proposta por Michel Foucault para denunciar uma ausente e/ou reducionista educação sexual nas instituições de ensino do Brasil. Por fim,

produz uma análise a partir de uma intervenção com alunos do ensino médio que deram ênfase na temática do aborto.

2 APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

2.1 História da Sexualidade

A sexualidade está no centro da existência e é indissociável de todo ser humano, porém, ainda hoje é tratada como tabu, entendida como algo que se restringe ao campo individual e que só pode ser dita com alguém muito próximo (LOURO, 2021). Essa prerrogativa pouco considera a dimensão social e dá ênfase ao corpo, como um processo “dado” desde o nascimento, entretanto, a ciência biológica não dá conta de responder todos os processos que envolvem a sexualidade (LOURO, 2021). Assim como, é errôneo afirmar que a sexualidade que foge do padrão esperado é patológica (GLOBO, 2017).

Posto isso, entende-se que não há argumentos que sustentem a ideia de que a pluralidade sexual seja algum desvio patológico e que deve seguir uma coerência entre sexo, gênero e sexualidade, pois, leva a uma noção de universalização dos processos sexuais que é desproporcional à realidade (CAMPOS, 2015).

A sexualidade escapa do particular e constrói-se no âmbito social e político, afinal, é aprendida e constituída no decorrer da vida, por variadas maneiras e por todos os sujeitos (LOURO, 2021). Sendo assim, é possível afirmar que trata-se de um processo complexo que acontece a partir de cada vivência e com a interação dos fatores fisiológicos, sócio-históricos, culturais e psicológicos (CAMPOS, 2015).

Contudo, ao não se considerar os aspectos sociais e históricos da sexualidade, tais pensamentos reforçam práticas negligentes que reproduzem violências como preconceito, marginalização, vulnerabilidade, discriminação e segregação. Além do mais, esses atos foram construídos e manipulados ao longo da história pela religião, política e economia a fim de padronizar maneiras de ser e existir (BARBOSA, 2012; CAMPOS, 2015).

Assim, é imprescindível considerar os fatores sociais na construção do que se entende por sexualidade humana (LOURO, 2021). Para tanto, é preciso compreender alguns pontos que colaboraram para a formação da ideia do que se entende por sexualidade até os dias atuais.

Desde os anos de 1960, as discussões sobre sexualidade vêm tomando forma como resultado das lutas dos movimentos LGBTI+² e do movimento feminista, assim como, por todos aqueles que são contra as reformulações que geram essas reivindicações (LOURO, 2021).

De início, é fundamental citar a Revolução Sexual que, desde a década de 60, traz uma série de transformações sociais que propiciaram novas formas de relacionar-se consigo, com o outro e que é reinventada até hoje. O que antes era entendido como imutável, cristalizado e universal, passou a ser compreendido como possibilidades de quebrar paradigmas (LOURO, 2021).

Assim, houve um aumento significativo de “liberdade sexual” e novas práticas, ao longo dos anos, foram sendo incorporadas. Desde a vários parceiros sexuais a reinvenção e modificação da estrutura familiar conhecida (SANT ANA, 2016; LOURO, 2021). Guacira Lopes Louro (2021, p.10) relata que as “[...] possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas [...]” e implodem novas maneiras de viver.

Em segundo plano, a importante contribuição do psiquiatra e psicanalista norte-americano Robert Jesse Stoller com o lançamento do livro “*Sex and gender*” em 1968, que aborda questões acerca do desenvolvimento, masculinidade e feminilidade, algumas síndromes e distúrbios de gênero e a relevância do Complexo de Édipo, postulado anteriormente por Sigmund Freud (COSSI, 2018).

Ainda que acreditasse no fator biológico, Stoller entendia a tese levantada por John Money, Joan G. Hampson e John L. Hampson nos anos 1950, “[...] o

² Sigla descrita pelo Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia e Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTI+ do Espírito Santo para referenciar “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. O ‘+’ faz menção às demais orientações sexuais, identidades e expressões de gênero” (SEDHES, 2022, p. 13).

comportamento ligado ao gênero é predominantemente marcado pela designação do sexo do sujeito e outros fatores ambientais” (COSSI, 2018, p. 33). Marcando a ampliação e aprofundamento da temática sobre sexo, sexualidade e gênero.

Outro estudioso interessado na sexualidade humana foi o renomado filósofo francês Michel Foucault. O teórico relata que a sexualidade é um “dispositivo histórico” (1988), ou seja, uma invenção social que foi construída ao longo da história por meio de diversos discursos sobre sexo. Esses discursos exercem uma relevante função de regular, normalizar, instaurar e produzir saberes e verdades tidas como absolutas acerca da sexualidade (FOUCAULT, 2021a; LOURO, 2021).

Assim, Foucault (1988) afirma que a sexualidade não é uma característica “inerente ao ser humano”, pois é resultado da produção das ciências sexuais (*Scientia Sexualis*). Isto é, o campo sexual tornou-se objeto de interesse e estudo que proporcionou “[...] que uma dimensão de observação, confissão e tratamento clínico [...]” fosse criada e nomeada. Dessa forma, a sexualidade confirma-se como um dispositivo histórico que contempla os interesses das instituições reguladoras do poder (OKA; LAURENTI, 2018, p. 244-245).

Outra teórica de grande notoriedade foi a Judith Butler que questionou a distinção sexo/gênero e o motivo do feminismo ser “as mulheres”. Com essa contestação, ela sugeria uma “heterossexualidade compulsória” que fora estabelecida pelo discurso hegemônico (FIGUEIREDO, 2018). Assim, Butler acreditava em uma “[...] construção variável da identidade [...]” (BUTLER, 2020, p. 25), da qual abrangeria os transexuais, os intersexuais e não somente as lésbicas. Em virtude disso, ela anuncia que o sexo e o gênero são constituídos socialmente, logo, não se pode afirmar que o sexo é algo natural (FIGUEIREDO, 2018).

Butler causou grande inquietação desde que convocou toda a sociedade a pensar para além dos binarismos feminino x masculino e mulher x homem. Ela desafiou as instâncias reguladoras do poder ao sugerir que os sujeitos não podem ser compreendidos “[...] em termos estáveis ou permanentes [...]”

(BUTLER, 2020, p. 18). E tornou-se uma grande referência nos estudos de sexualidade e gênero.

Portanto, após ter feito um pequeno recorte na história do que se entende por sexualidade, é fundamental ressaltar que os teóricos como Sigmund Freud, Teresa de Laurentis, Simone de Beauvoir, Henri Wallon, Paul B. Preciado e outros mais, também colaboraram para que, como sugere Louro (2021), novas identidades sociais, afetivas e sexuais se tornassem possíveis e visíveis.

Ademais, por entender a sexualidade como a descrição de uma série de crenças, relações, comportamentos, identidades constituídas social e historicamente, e que se conecta com o que Foucault (1993) chamou de “o corpo e seus prazeres” (LOURO, 2021), serão abordadas as atuais conceituações sobre sexualidade: sexo, gênero, orientação sexual, prática sexual, afetividade e o desejo.

O sexo diz respeito a uma categoria biológica dos indivíduos entre macho ou fêmea, tendo como base aspectos orgânicos como cromossomos, hormônios, aparelhos reprodutivos e sexuais (JESUS, 2012). Já o gênero é uma categoria de identificação singular e social que possui muitas especificidades como expressão de gênero, papel de gênero e as inúmeras identidades de gênero tais como as pessoas trans, travestis, cisgêneras, transformistas, não-binárias, *Drag queen*, *Queer*, gênero fluído (*gender-fluid*), androginia e outros mais (REIS, 2018).

A orientação sexual é compreendida como a atração afetivo-sexual por outra pessoa independente de gênero ou sexo biológico (JESUS, 2012). Dessa maneira, existem as seguintes orientações que norteiam o comportamento emocional, afetivo ou sexual: assexual, bissexual, gay, heterossexual, homossexual, homoafetivo, lésbica, pansexual, dentre outros (REIS, 2018). A prática sexual é exatamente o ato sexual entre duas ou mais pessoas e não tem relação com o sexo biológico, com a orientação sexual ou identidade de gênero (GIAMI, 2008; VIEIRA et al., 2016).

A afetividade, segundo Henri Wallon, é parte constituinte de todo ser humano é por meio desse processo que é possível relacionar-se, externalizar as emoções, manifestar os comportamentos afetuosos ou de desagrado, apresentar expressões faciais e corporais, sempre a partir de como se percebe, sente e vive o mundo ao seu redor (GRATIOT-ALFANDÉRY, 2010). E, por fim,

o desejo é aquele que mobiliza. Mesmo aqueles desejos que são capturados ou impostos pelo capitalismo levam a um deslocar-se. É uma força, ação ou intenção que promove movimentações e inquietações (ROLNIK, 1996).

2.2 Educação Sexual

Após um breve apanhado histórico das discussões sobre sexualidade, é nítido que a inserção de uma discussão sobre educação sexual em todos os âmbitos da sociedade é um desafio. As várias instituições como a religião, a família, a escola, o Estado, empenham-se para delimitar o que é sexualidade e, geralmente, essas normativas “[...] são transmitidas e justificadas em nome de uma ordem universal e imutável, fundada em Deus ou na Natureza [...]” (BRASIL, 2009a, p. 117).

Por muito tempo acreditou-se que só pessoas adultas poderiam vivenciar a sexualidade e que sua prática se daria com outro adulto, compulsoriamente, do sexo oposto. Nesse sentido, ficam alguns questionamentos: não se discutia sobre sexualidade antes da “vida adulta”? Quais eram os saberes ensinados? Como os não adultos se sentiam diante da curiosidade “daquele assunto”? (LOURO, 2021).

Algumas crianças, adolescentes e jovens têm a possibilidade de receber algum tipo de orientação das famílias, porém, esse diálogo é exceção entre a grande maioria. E, geralmente, o conteúdo dessa conversa familiar gira em torno de conselhos de caráter preventivo e moralista como “[...] use a camisinha, cuidado para não engravidar, olha a barriga etc.” (BRASIL, 2009a, p. 184-185).

Sendo assim, mediante a tantas dúvidas e inseguranças, a escola torna-se um espaço de grande importância na formação humana, no ensino de diversos e notáveis conhecimentos “[...] científicos, filosóficos e artísticos, possibilitando a compreensão e a transformação da realidade”, bem como, é o local em que se passa a maior parte do tempo da infância a vida adulta (CAMPOS, 2015, p. 2).

Por isso, o que é aprendido na escola torna-se um critério para mediar às informações sobre tudo que envolve a sexualidade, pois, há uma grande valorização do discurso científico que é imperativo nesse ambiente (BRASIL, 2009a). Entretanto, majoritariamente, as escolas se restringem a uma

abordagem com características biológicas da sexualidade como anatomia das genitálias, reprodução, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos etc (CAMPOS, 2015).

Todavia, ao tocar nesse tema, é preciso que os profissionais da educação promovam o diálogo e entendam que a sexualidade é diversa e abarca questões “[...] como prazer, envolvimento afetivo, expectativas, novas sensações físicas e emocionais, descobertas, dúvidas etc [...]” (BRASIL, 2009 a, p. 162). Uma vez que os fatos mais significativos que se tem da escola vão além disciplinas lecionadas, são os acontecimentos, experiências e relações construídas. Logo, essas vivências colaboram na construção das identidades, principalmente, no que diz respeito à sexualidade e ao gênero (LOURO, 2021).

Essa prerrogativa se confirma, pois no contexto escolar, a sexualidade é vista e vivida de mais diversas maneiras como a configuração da família é apresentada; nos papéis do que é ser homem e do que é ser mulher e como devem comportar-se; nas descrições de textos e atividades pedagógicas; nos rabiscos de banheiros e carteiras; nos jogos de sedução de bilhetes, olhares, vestuários, gestos; em piadas, “brincadeiras”, risos e *Bullying* que condenam jeitos e formas de ser (BRASIL, 2009a).

Nesse contexto, há também o que é nomeado de “currículo sexual oculto” que colabora diretamente para a naturalização daquilo que é considerado normal como as questões de gênero dentro dos binarismos (feminino x masculino), a reprodução entre o casal heterossexual, a conceituação do que se entende por família tradicional, o apagamento de orientações sexuais que se desviam do esperado, assim como, as diversas identidades de gêneros são invisibilizadas (BRASIL, 2009a).

Consequentemente, muitos esperam que a educação sexual no ambiente escolar seja pautada em convicções conservadoras que ajudem os estudantes a aceitarem o “modelo normal” de como viver suas sexualidades e todo comportamento que se esquivava disso é condenado e silenciado. Em decorrência dessa atmosfera de tensão, surge a vigilância da sexualidade, isto é, o controle de como os estudantes têm vivido suas identidades de gênero e orientações sexuais dentro da instituição. São ações sutis de discriminação e de violência de gênero que contribuem “[...] para a reprodução de uma ordem desigual e injusta” (BRASIL, 2009a, p. 141).

Em contrapartida, é possível perceber que a sexualidade é presença constante e permanente em cada conhecimento, em cada instituição, em cada imagem, nas mais diversas áreas do saber é vista diariamente por toda parte da sociedade. Sendo assim, não há como negá-la ou ocultá-la, mas reconhecer seu valor, sua importância no desenvolvimento do sujeito e como grande “[...] potencialidade pedagógica e libertadora [...]” (BRASIL, 2009a, p. 33).

Assim, em concordância com a legislação brasileira sob a lei 12.796 de abril de 2013, que obriga a frequência escolar dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, pode-se afirmar que a maioria da população infanto juvenil terá contato direto com o currículo escolar (BRASIL, 2013). Por esse motivo, é importante a efetivação concreta dos temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1997 e 2000, acerca do respeito à diversidade sexual, afinal, esse tema também faz parte da formação cidadã do estudante (BRASIL, 2009a).

Por isso, a educação sexual deve ser ofertada nas instituições educacionais para além da abordagem biologicista e pautada nos inúmeros aspectos biopsicossociais da sexualidade como as questões de gênero, as orientações sexuais, entre outros (BRASIL, 2009a). O acesso às informações sobre a educação sexual é de extrema importância para que todos tenham possibilidade de se proteger e tomar decisões conscientes. Por conseguinte, estudos demonstram que ter acesso à educação sexual de maneira contextualizada traz resultados positivos à saúde do sujeito (OMS, 2020).

Além do mais, mesmo que o Estado e a família devam juntos proteger a população infanto juvenil, é dever legal do Estado intervir e fornecer informações essenciais para a saúde, bem-estar sexual e vida (OMS, 2020). Portanto, é necessário que seja superado esse discurso do senso comum que diz que a educação sexual tem caráter insinuador e/ou erotizador e entender que falar de sexualidade tem “[...] um potencial transformador que ultrapassa os limites da escola [...]” (BRASIL, 2008, p. 22).

2.3 “Fazer viver, deixar morrer”³

³ Afirmação do teórico Michel Foucault (2021a, p. 149) no livro “A vontade de saber” (História da Sexualidade): “Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte. [...]”.

A adolescência sempre foi entendida pela psicologia e outras ciências como uma etapa natural do desenvolvimento humano, isto é, todo sujeito passará por essa fase (MARTORELL, 2019; CERQUEIRA-SANTOS; NETO; KOLLER, 2014). Assim, esse período que possui um caráter transitório, é temido por pais, professores e outros atores sociais que agem com uma certa autoridade, pois, é representada como uma fase difícil, problemática e que precisa ser superada (BOCK, 2004).

Nesse sentido, essa fase é compreendida como algo universal, inevitável e inerente à natureza humana (CERQUEIRA-SANTOS; NETO; KOLLER, 2014). Por isso, possui marcadores biológicos e psicológicos que foram naturalizados ao longo do tempo, como a rebeldia, a inconstância emocional, a maturação física e intelectual, a descoberta da identidade psicosexual, dentre outros aspectos (BOCK, 2004; SANTROCK, 2014; CERQUEIRA-SANTOS; NETO; KOLLER, 2014). Então, essa etapa é aguardada e temida por ser atravessada por tantos conflitos ditos naturais.

Posto isso, pouco admite-se sobre “[...] o processo social constitutivo da adolescência”, afinal, esse período foi tomado pela abstração e a universalidade (BOCK, 2004, p. 33). Essa fase produz marcas que significam e constituem toda a trajetória desse fenômeno social. Por esse motivo, deve-se considerar os diversos fatores históricos, as relações sociais e a cultura, pois são determinantes e produzem grandes diferenças nesse processo de descoberta de si (BOCK, 2004; CERQUEIRA-SANTOS; NETO; KOLLER, 2014).

Assim, o adolescente passa por essa fase com inúmeras incertezas, cobranças, buscas por entendimento, por aceitação, *Bullying*, repressões afetivas sexuais, falta de diálogo, relacionamentos interpessoais e tantas outras questões da vida em sociedade (LOURO, 2021; BRASIL, 2009a).

Por conseguinte, trazendo para o contexto escolar, um ambiente que tem por objetivo a educação e a integridade, também pode se constituir como um local de violação de direitos (FONSECA, 2013). Dessa maneira, podem acontecer variadas formas de violências na escola desde os conflitos nas relações sociais às violências simbólicas que promovem a discriminação e a segregação (RISTUM, 2010).

Nesse contexto, pode-se dizer que a escola tem um histórico de normatização na cruel lógica homogeneizante para estudantes de variadas identidades como “negros/as, indígenas, transexuais, lésbicas, meninos e meninas deveriam se adaptar às normas e à normalidade”. Esse processo se dá através da reprodução das imagens, linguagens, vedação as maneiras encaradas como “anormais” das quais os “desviantes”, obrigatoriamente, devem se comportar para ser integrados aos demais, com o intuito de eliminar as diferenças (BRASIL, 2009a, p. 31).

A partir disso, é esperado que o “diferente” se encaixe às normativas para ser visto como igual. Assim, o ciclo do preconceito e da desigualdade se perpetua fazendo com que os estudantes que divergem das expectativas no que diz respeito à identidade de gênero, orientação sexual, cor/raça e condição socioeconômica vivenciem episódios de violência de variadas formas (BRASIL, 2009a).

Fazendo um recorte ainda mais específico no que diz respeito à sexualidade nas instituições educacionais, a heterossexualidade é entendida como o padrão normal, natural, óbvio e verdadeiro de todos os sujeitos (LOURO, 2021; WITTIG, 2022). Por possuir um caráter irrefutável e dominante “[...] desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos ao mesmo tempo [...]” (WITTIG, 2022, p. 62).

O discurso hétero universaliza o funcionamento da sociedade e impõe todas as suas produções para todos os sujeitos e em todas as épocas. As narrativas da heterossexualidade compulsória são tiranias impiedosas que ditam, oprimem e calam as vozes dos que não discursam na mesma linha (WITTIG, 2022). Assim, a sexualidade é generalizada e as formas que divergem são concebidas como “[...] antinaturais, peculiares e anormais [...]” (LOURO, 2021, p. 19).

Nesse cenário, muitas são as maneiras de disciplinar, aprende-se o constrangimento, a culpa, a repressão e o controle. Dessa maneira, a elaboração da heterossexualidade é seguida pela rejeição à homossexualidade e, por isso, as crianças crescem entendendo que existem “[...] piadas e gozações, apelidos e gestos [...]” para ser direcionados aos que não seguem os padrões esperados

de sexualidade, produzindo uma certa resistência as maneiras de ser não heteronormativas (LOURO, 2021, p. 35).

Nessa perspectiva, compreende-se que a falta e/ou a deficiência de informações concretas nas escolas em questões ligadas à sexualidade podem colaborar em vários níveis de violência contra o sujeito. Assim, pode-se fazer analogia à teoria clássica da soberania, em outros termos, o soberano, que dita as normas sociais, tem poder sobre a vida e a morte dos sujeitos (FOUCAULT, 2021a).

De acordo com Foucault (2021a), nas sociedades soberanas uma das características mais marcantes tratava-se do poder sob o direito de vida e morte dos súditos. O poder soberano exercia o “[...] direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2021a, p. 146).

Contudo, esse mesmo poder de morte foi deslocado para um poder que governa a vida para garantir o corpo social, ou seja, a existência e sobrevivência de todos. Foucault (2021a, p. 149) afirma que “[...] o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte [...]”.

Esse poder sobre a vida desenvolveu duas ramificações de controle: corpo enquanto máquina e corpo-espécie. A primeira modulação refere-se a disciplina, ao adestramento, à docilidade e ao controle minucioso do corpo-indivíduo (FOUCAULT, 2021a). A segunda modulação será na lógica da regulamentação da vida ou biopoder. Nessa perspectiva, as estratégias para o corpo individualizado ampliam-se para a população. Logo, “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida [...]” (FOUCAULT, 2021a, p. 150).

Assim, fazendo menção ao que Foucault sugere sobre quem vive e quem morre, ou seja, “fazer viver e deixar morrer”, é possível afirmar que existem forças que regem a sociedade que viabilizam meios que fazem morrer, fazem viver e, principalmente, deixam morrer (FOUCAULT, 2021a, p. 149).

Posto isso, Foucault diz que esse poder que dá “[...] o direito de causar a morte ou de deixar viver [...]” (2021a, p. 146) foi atualizado, sutilmente, como práticas que visam o controle e a administração dos corpos, modulados a partir

das grandes instâncias reguladoras de poder que podem ser a igreja, os grupos conservadores extremistas, a medicina, o Estado e outros mais (FOUCAULT, 2021a).

Com a vida sendo objeto político, Foucault em 1977 alertava que o dispositivo da sexualidade seria utilizado como uma das mais importantes tecnologias do poder, pois nunca tinha se falado tanto do sexo. Entretanto, essa busca tinha por finalidade a regulação e a produção da verdade (FOUCAULT, 2014, 2021a, 2021b):

[...] no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade [...] (FOUCAULT, 2021a, p. 158).

Assim, fazendo um recorte para o contexto escolar, que é um espaço de grande regulação mediado pelas instituições de poder, a escola “faz viver” quando oferece educação sexual pela ótica biologicista. E “deixa morrer” quando não olha o jovem como um sujeito singular que é atravessado por questões sociais, quando não oferece uma educação sexual que privilegie a todos ou não entende que os jovens podem ter variadas formas de ser e viver e, em síntese, quando permite e acoberta situações de violências que objetivam a sujeição dos corpos (LOURO, 2021).

Indo além, o pensador Achille Mbembe influenciado pela formulação proposta por Foucault do conceito de biopolítica, desenvolve a ideia de Necropolítica. Com essa teoria, ele amplia o entendimento de um poder que controla a vida para um poder que, além desse controle da existência, controla também a morte dos que incomodam e são desajustados em um específico contexto social. Assim, propicia que determinadas formas de vida sejam deixadas para morrer em nome do que consideram ser a sociedade ideal (FOUCAULT, 2021; FREITAS; TEIXEIRA, 2021; LOURO, 2021; MBEMBE, 2016, 2017).

2.4 Metodologia

Como metodologia de trabalho foi proposta a Cartografia que, conceitualmente, como sugere Eduardo Passos (2009), é descrita como um método de pesquisa-intervenção. Rocha e Aguiar (2003) conceituam pesquisa-intervenção como uma proposta micropolítica que gera rupturas, desnaturaliza e implica ações transformadoras das realidades sociais a partir da construção coletiva da “[...] produção de um novo pensar/fazer [...]” (ROCHA, AGUIAR, 2003, p. 64).

O direcionamento da pesquisa se apoia na experiência que é compreendida como “um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer”. Dessa maneira, é fundamental que a vivência possa nortear o desenrolar da pesquisa, pois há uma dupla influência: o “[...] saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência a experiência do saber [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p.18).

Para que seja possível percorrer esse caminho é necessário entender o conceito atencional aqui proposto. Assim, ter atenção aos fatos e eventos não se trata de um levantamento de informações, mas da capacidade de identificar os signos e as forças presentes naquele território, ou seja, revela-se uma produção coletiva de conhecimento. Conseqüentemente, acompanha processos e não a representação de um objeto específico. Sendo assim, sempre será uma investigação de processos de produção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Posto isso, o método da cartografia pode ser associado a diversas estratégias e técnicas na condução de uma pesquisa, desde que o elemento norteador seja a própria vivência em si: “[...] uma pesquisa que fala da experiência e a partir da experiência [...]” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2013, p. 218). Assim como, é preciso estar atento ao que se apresenta enquanto problemática e estar aberto às movimentações e imprevistos que são pertencentes ao processo de germinação do pensar/fazer (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2013).

A intervenção aconteceu na Escola EEEM Cei Áttila de Almeida Miranda, em Cachoeiro de Itapemirim/ES, com 23 alunos da turma da segunda série do ensino médio, na faixa etária dos 16 a 18 anos, sendo que 17 adolescentes se autodeclararam do gênero feminino e 06 do gênero masculino. Foram quatro encontros semanais, durante o mês de outubro de 2022, no período da manhã,

com duração média de uma hora por encontro e utilizaram-se disparadores como textos, manchetes, falas e técnicas de grupos com a finalidade de gerar discussões acerca do conhecimento que os participantes já detinham.

No primeiro encontro, foi apresentado a metodologia, proporcionado um momento de interação para o estreitamento de vínculos, foi realizada uma técnica onde pesquisados descreveram seus entendimentos sobre educação sexual e, por fim, foram discutidas as temáticas trazidas pelos jovens. No segundo encontro, foi feita uma técnica sobre internet e sexualidade com algumas notícias do cotidiano onde puderam falar como seria suas interações em suas próprias redes sociais: curtiriam, comentariam ou repostariam. Na medida em que cada um falava, todo o grupo também entrava na discussão.

No terceiro encontro, foi proposta a técnica do Psicodrama, idealizada por Jacob Levy Moreno, para trabalhar os conflitos do sujeito e do grupo pesquisado a fim de proporcionar mudanças concretas na realidade (MORENO, 1974). Assim, foram trabalhados os assuntos que davam eco no grupo através das trocas de papéis e, ao final, foi conversado sobre as inquietações resultantes da técnica. No quarto encontro, foi realizada uma roda de conversa para avaliar as temáticas que foram abordadas ao longo do projeto e, também, foi um momento de descontração com músicas e lanche.

Ressalte-se por fim que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Multivix Vitória, sob número CAAE: 58742122.0.0000.5066 e protocolo nº 050096/2022, bem como, houve consentimento dos indivíduos participantes, respeitando todos os direcionamentos da Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram efetuadas duas visitas à escola escolhida, uma no mês de março e outra no mês de setembro, para apresentar a proposta, entender a rotina escolar e combinar o funcionamento do projeto. Na primeira visita foi-se conversado com uma pedagoga e na segunda visita vários técnicos estiveram presentes: a diretora, duas pedagogas e um professor de biologia. Foi estabelecido que a pesquisa aconteceria nas aulas de estudo orientado,

disciplina que não possui caráter avaliativo e é presidida pelo mesmo professor de biologia.

Três fatos importantes chamam atenção nesses contatos: foi questionado se o projeto seria “aulas de sexo” (trabalhadora, sexo e gênero feminino, 2022). Ao analisarem as possibilidades de tempo, horário e lugar foi dito pela mesma trabalhadora que o projeto deveria entrar nas aulas de biologia uma vez que “já estudavam isso” (trabalhadora, sexo e gênero feminino, 2022). E, por último, a preocupação de outra trabalhadora com o conteúdo do projeto, pois tinham “pais que poderiam se opor” (trabalhadora, sexo e gênero feminino, 2022), todavia, foi dito que para os estudantes participarem os pais ou responsáveis precisavam autorizar via termo de consentimento.

O primeiro fato: “aulas de sexo” (trabalhadora do sexo e gênero feminino, 2022) diz sobre uma visão totalmente equivocada sobre a educação sexual. Essa crença colabora para que as pessoas acreditem que ao falar de sexualidade de maneira ampla, poderá induzir a curiosidade e/ou acelerar o início das práticas sexuais nas crianças e adolescentes (EW et al., 2017). Entretanto, inúmeros estudos reforçam a importância da discussão e, até mesmo, relatam um adiamento da atividade sexual pela construção de uma consciência responsável sobre sexualidade (OMS, 2020).

O segundo fato: o projeto deveria ocupar o lugar das aulas de biologia, pois “já estudavam isso” (trabalhadora do sexo e gênero feminino, 2022) diz de uma lógica de formação biologizante. Uma das grandes discussões sobre o tema da educação sexual na escola é que deve ser abordada dentro da área das ciências, para que o assunto seja tratado de forma preventiva e fisiológica, dando ênfase exclusivamente para a perspectiva do corpo físico (EW et al., 2017; VIEIRA; MATSUKURA, 2017). Essa postura revela uma neutralidade que, em nome da cientificidade, busca não lidar com complexidades e possíveis desestabilizações que possam surgir (EW et al., 2017).

E o terceiro fato: de que os “pais que poderiam se opor” (trabalhadora do sexo e gênero feminino, 2022) ao projeto diz respeito ao Neoconservadorismo que acarreta o movimento da Escola Sem Partido, que é lei no município, no qual uma das principais frentes de combate é a “ideologia de gênero” (LIMA; HYPOLITO, 2019). Os neoconservadores acreditam que os valores do passado são os “verdadeiros valores” e querem restaurá-los aos dias atuais para um

retorno à ordem natural pautada na decência moral (LIMA; HYPOLITO, 2019; APPLE, 2003). Eles entendem que se os valores fossem restaurados estariam protegidos dos estragos da sociedade (APPLE, 2003).

O movimento da Escola Sem Partido é uma iniciativa dos neoconservadores que, preocupados com uma possível doutrinação ideológica dos professores para com os alunos, supõem que os estudantes serão contaminados por uma decadência moral (LIMA; HYPOLITO, 2019). Uma das linhas de combate político-ideológica é a chamada “ideologia de gênero” que, basicamente, é entendida como uma ameaça à estrutura “tradicional da família” e a imposição de outras formas de ser e estar no mundo enquanto gênero, orientação sexual e prática sexual (LIMA; HYPOLITO, 2019; REIS; EGGERT, 2017).

Esses grupos têm como lema principal “meus filhos, minhas regras” no qual defende-se que a educação deve ser realizada pela família e que o Estado deve somente ensinar conteúdos programáticos (LIMA; HYPOLITO, 2019). Todavia, é preciso ressaltar que tais posicionamentos revelam o desejo de manter a sociedade sob um funcionamento engessado na lógica patriarcal, sexista, homofóbica, racista e com muitas desigualdades e violências de gênero (REIS; EGGERT, 2017).

Passados esses momentos de formalidades e ajustes, iniciaram-se as intervenções e vários temas foram brevemente discutidos como autocuidado, sexo, diálogo, corpo, segurança, aborto, autoestima, métodos contraceptivos, consentimento, gênero, respeito, gravidez, assédio, higiene, responsabilidade e outros mais. Como resultado desse processo coletivo, um assunto específico repetia-se constantemente e foi debatido a partir do próprio movimento do grupo: aborto. Sendo assim, será realizado um recorte de algumas falas e comportamentos com relação a essa temática.

Partindo da discussão geral, inicialmente, alguns adolescentes se disseram contra e outros a favor. Alguns abertos ao diálogo e outros sem total abertura. Mas o assunto permanecia retornando nas discussões:

“Se for criança ou estupro: tudo bem (fazer aborto)”
(adolescente do sexo e gênero feminino, 2022);
“Concordo (com aborto) quando é criança, criança não cuida de criança” (adolescente do sexo e gênero masculino, 2022);
“A mulher tem direito de decidir (sobre o aborto) [...] O corpo é dela”
(adolescente do sexo e gênero feminino, 2022);

“A mulher não pode usar (o aborto) como método contraceptivo”
(adolescente do sexo e gênero masculino, 2022).

É possível notar um discurso muito diverso que, em algum momento, assemelha-se e, principalmente, que passa por muitos aspectos da própria existência e do contato com o tema. A primeira fala acima diz de um direito já reconhecido e garantido por lei, mas, aparentemente, eles não sabiam dessas condições legais e opinaram a partir dos valores pessoais (BRASIL, 1940, 2009b).

A segunda também é respaldada por lei (BRASIL, 1940, 2009b), assim como, vai na lógica da indignação pela ruptura brusca da pureza infantil. Uma fase em que a sociedade entende que as únicas atividades se resumem a estudar, brincar e sorrir (ARIÈS, 1986; TOSATTO; PORTILHO, 2014). Logo, a ocorrência de tal ato criminoso é caracterizado em uma extrema violação da inocência (BRASIL, 2012).

A terceira é uma afirmativa que estabelece o direito da decisão à mulher do que fazer. Historicamente, muitos direitos foram negados à mulher e, inclusive, a autonomia sobre o próprio corpo. Os direitos foram e são destituídos a partir de um sistema que controla e explora mulheres a estarem a serviço pela sua capacidade biológica de reprodução (CARLOTO; DAMIÃO, 2018; VIGANO; LAFFIN, 2019).

E a última vai na lógica do moralismo onde supõe que a mulher utiliza-se do aborto como prática corriqueira do cotidiano. Há uma distorção do discurso médico para camuflar a desqualificação da mulher como sujeito subordinado de menos direitos (MACHADO, 2017). Como também diz de um desconhecimento de outros métodos contraceptivos, como por exemplo, a Anticoncepção de Emergência (AE), mais conhecida como pílula do dia seguinte, que é utilizada após o coito e tem grande eficácia em situações corretivas (SOUZA; BRANDÃO, 2012).

Para além das falas apresentadas, outro marcador muito presente na discussão do aborto é a religião. Neste projeto sobre educação sexual, cujo não houve nenhuma explanação de temática antecipada, teve pouca aderência de adolescentes cristãos. Esse fato pode ser pela não autorização da família ou até mesmo uma resposta do próprio adolescente pelo entendimento rígido já construído acerca de temas considerados intocáveis.

No primeiro dia do projeto, aconteceu o seguinte diálogo a partir do anúncio da palavra “aborto” como tema trazido pelos próprios alunos:

— *“Gente, vocês vão falar mesmo disso (aborto)? ”*

(adolescente do sexo e gênero masculino, 2022)

— *“Ele está falando isso porque é crente [...] os crente tudo saíram da sala”*

(adolescente do sexo e gênero feminino, 2022).

A participação desse aluno é, possivelmente, a única presença e a exceção da “tribo cristã” da turma. Posteriormente, constata-se que o adolescente tem um familiar que trabalha na escola, o que poderia explicar a adesão ao projeto como sendo aquele que “rompe padrões estereotipados” por ter acesso e permissão de acessar outros conhecimentos.

Todavia, essa não é a realidade de outros adolescentes. Como dito mais acima, há grupos neoconservadores que querem impor crenças e valores de cunho moral e religioso a toda sociedade (MACHADO, 2017). Um exemplo disso é a bancada evangélica, em crescente ascendência no legislativo e executivo desde os anos de 2003, que defende, recusa e propõe leis a partir dos interesses cristãos (MACHADO, 2017; NETTO, 2022). Assim, há uma instrumentalização política da fé que visa controlar as sexualidades, principalmente as dissidentes, os direitos reprodutivos das mulheres e outros mais (MACHADO, 2017; NETTO, 2022).

Aqui coloca-se em dúvida a laicidade do Estado na defesa de todos os cidadãos, pois com discursos tão impositivos e fundamentalistas esses políticos conectam a função social das mulheres à religião e, conseqüentemente, ao lugar dentro da família tradicional (MACHADO, 2017). Isto é, reitera “[...] a subordinação da posição da mulher diante da obrigação do sagrado amor materno e diante do papel adjutório de esposa na família tradicional [...]” (MACHADO, 2017, p. 22).

Assim, o questionamento *“vocês vão falar mesmo disso (aborto)? ”* (adolescente do sexo e gênero masculino, 2022) pode ter sido uma tentativa de dizer que não se tem necessidade de tocar no assunto uma vez que gera muitas opiniões. Ou, até mesmo, um silenciamento dos demais pelo fato de ter uma compreensão rígida que é entendida como a verdade absoluta e que todas as outras são só especulações. Afinal, o fundamentalismo religioso diz que só há

uma verdade e é a verdade da qual acreditam (APPLE, 2003; LIMA; HYPOLITO, 2019; MACHADO, 2017; NETTO, 2022).

Mesmo com inúmeras e constantes argumentações religiosas que visam impor “verdades verdadeiras” e controlar o direito reprodutivo das mulheres em vários ambientes da sociedade (MACHADO, 2017), alguns adolescentes trouxeram em suas falas a temática do aborto enquanto saúde pública. Aconteceram as seguintes declarações: “*aborto é um problema de saúde*” (adolescente de sexo e gênero feminino, 2022) e “*a mulher tem que ter direito (de abortar), por saúde mental e física*” (adolescente de sexo e gênero feminino, 2022).

Atualmente, o aborto ainda continua sendo realizado de forma clandestina e carregado de muitos estigmas que dificultam a investigação desse fenômeno de caráter biomédico, mas sobretudo, social (MENEZES et al., 2020). Isso se dá pela própria dificuldade na admissão da prática pelas mulheres, pois além de ser considerado um ato de desumanidade por setores conservadores, é, também, um crime previsto no código penal (MENEZES et al., 2020; BRASIL, 1940).

Sabe-se que as mulheres mais pobres estão mais vulneráveis a realizarem abortos inseguros e, conseqüentemente, sofrem maior risco de terem complicações devido à precariedade do procedimento. Esse fato reforça a relação entre pobreza e aborto. O que não acontece com mulheres com maior renda e escolaridade que, por possuírem poder aquisitivo conseguem acessar instituições privadas para realizar o aborto de forma segura (MACHADO, 2017; MENEZES et al., 2020)

A Pesquisa Nacional do Aborto 2016 demonstrou que uma em cada cinco mulheres, na faixa etária dos 40 anos, já realizou o procedimento (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016). Logo, o aborto é um fato cotidiano das mulheres brasileiras e não tratar o tema como um problema de saúde pública, coloca em risco ainda mais a saúde das mulheres, não reduz as práticas e sustenta o sistema de desigualdades sociais (BRASIL, 2009c; DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016).

Ainda sobre saúde pública, os adolescentes fizeram uma dramatização em que uma garota decidida a abortar se dirige a uma clínica clandestina. Ao chegar ao local perguntaram se a garota realmente queria realizar o procedimento e, então, os adolescentes encenaram como achavam que seria a

cirurgia. Ao final, a “profissional” que estava liderando o procedimento disse “*a menina morreu. Pois no Brasil o aborto é crime, logo, não oferecem condições básicas de suporte para o procedimento*” (adolescente de sexo e gênero feminino, 2022).

Trabalhar com educação sexual é sempre uma tarefa difícil e que requer muito empenho de pesquisadores devido a interferências diretas, disfarçadas e silenciosas dessa atmosfera fundamentalista que dificulta os processos. Neste trabalho, também foram sentidas angústias ao lidar com temáticas que são entendidas como um ataque aos “bons costumes”.

Como já explanado, desde 2015, vigora no município a lei nº 7136 “Escola Sem Partido” (CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 2015), que aponta uma certa rigidez ao tocar em assuntos que podem denunciar o controle a modos de existência. E, ainda, teve a proximidade das Eleições Gerais 2022 que, devido à forte atuação dos movimentos neoconservadores, tinha-se um clima de tensão em toda sociedade.

Assim, mesmo já familiarizadas com variadas temáticas no que refere-se à educação sexual, as pesquisadoras ficaram muito apreensivas diante da dramatização. Foi um misto de desespero e medo do que poderia acontecer caso a cena fosse tirada de contexto. Não acreditava-se no que estava acontecendo. Foram longos três minutos que quase geraram uma interferência na encenação.

Além dos olhares apreensivos das pesquisadoras, os celulares da plateia também capturaram cada movimento. Para os adolescentes que estavam no palco era só mais uma tarefa que tinham que fazer, para os adolescentes que assistiam era só mais um momento de filmar algo engraçado. Todos os adolescentes lidaram com muita naturalidade como em todos os momentos em que o tema emergiu.

Enfim, a cena encerrou-se juntamente com o sentimento de alívio. O término foi uma problematização do tema. Talvez o entendimento seja só da aluna que estava atuando, talvez todos os adolescentes estavam ali naquela fala. Afetação: ninguém sai ileso da troca com o outro. É o instante em que o coração pulsa e fica grato por construir coletivamente novos caminhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cartografia enquanto método de pesquisa desafia os objetivos rígidos, bem delimitados e previamente estabelecidos. Desafia a viver o movimento da experiência que por si só já é acontecimento. Quebra formas homogêneas e se conduz à luz da vivência, das trocas e das afetações. Fazer opção pela Cartografia é acompanhar processos de produção de vida.

Por ser um constante exercício de percorrer pelas modulações dos desejos, os conteúdos programáticos se esgotam e o que estava acabado ganha novo rumo. O caminho deste projeto de pesquisa se deu a partir do tema geral da educação sexual. Por isso, foram pesquisados referenciais teóricos que dialogam com a história da sexualidade, com o contexto escolar e com pensadores que problematizam as “dinâmicas normais” da cultura ocidental.

Esse percurso sinalizava que alguma temática norteadora fosse emergir a partir de tantos assuntos que poderiam ser trabalhados. O direcionamento ecoou forte no grupo e a impossibilidade desejante de escolher moveu a afetação e provocou o aborto.

Por mais que o tema fosse polêmico devido a todo contexto político e conservador do período, não há neutralidade e isenção na Cartografia. Foi preciso coragem e paciência com as ansiedades e angústias para acompanhar o movimento do grupo. Nesse sentido, entende-se que não há previsão estável dos resultados, pois isso é, propriamente, o cartografar.

As inquietações do grupo se desenvolveram em práticas abortivas. Assim, os sinônimos de abortar fazem-se presença: anular, interromper, eliminar, acabar... São abortados, brevemente, silenciamentos, cochichos, tabus, preconceitos, violências de gênero e outros meios de controle para não se tocar no assunto.

O resultado ainda germina porque o tema permanece e repercute em cada um que viveu a experiência de caminhar pelas afetações. É preciso considerar os finais de ciclos, sobretudo, as forças vitais que impulsionam a potência criadora de novos mundos.

6. REFERÊNCIAS

ADESSE, L. et al. Aborto e estigma: uma análise da produção científica sobre a temática. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 21, n. 12, pp. 3819-3832. 2016.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.07282015>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ALMEIDA, S. L. de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**. v. 34, e021023 ISSN 1983-8239. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Acesso em: 10 mai. 2022.

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BARBOSA, V. C. O ambiente escolar: uma visão da construção social da sexualidade. **Anais IV FIPED**, Realize Editora, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/588>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**. v. 24, n. 62, pp. 26-43. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100003>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 12.796 de 04 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso em: 20 de mai. 2022.

_____. Ministério da Educação. **A etapa do ensino médio**. BNCC - Base Nacional Comum Curricular, Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>. Acesso em: 18 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais – livro de conteúdo**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: 2009a. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/porta1/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009c. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_aborto.pdf. Acesso em: 6 nov. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da Conferência Nacional de LGBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Trad. Renato Aguiar. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Lei nº 7136, de 15 de janeiro de 2015. Cria no âmbito do sistema de ensino do município de Cachoeiro de Itapemirim, o

Programa Escola Sem Partido, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacaocompilada.com.br/pmcachoeiro/Arquivo/Documents/legislacao/html/L71362015.html>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CAMPOS, L. M. L. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, pp. I-IV ISSN 1980-850X. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040001>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARLOTO, C. M.; DAMIÃO, N. A. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. 2018, n. 132, pp. 306-325. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.143>. Acesso em: 05 nov. 2022.

COSSI, R. K. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. **Estud. Psicanal.**, Belo Horizonte, n. 49, p. 31-43, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mai. 2022.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2017, v. 22, n. 2, pp. 653-660. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>. Acesso em: 06 nov. 2022.

ESPÍRITO SANTO (estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDHES. **Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia e Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTI+ do Espírito Santo 2022-2026**. Vitória/ES: Gráfica Aquarius, 2022.

EW, R. A. S. et al. Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. **Psicol. Pesq.**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 51-60, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2022.

FIGUEIREDO, E. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, [S. l.], n. 20, p. 40-55, 2018. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138143>. Acesso em: 05 mai. 2022.

FONSECA, F. F. et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**. 2013, v. 31, n. 2, pp. 258-264. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>. Acesso em: 18 mai. 2022.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

_____. **Microfísica do Poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIAMI, A.A experiência da sexualidade em jovens adultos na França: entre errância e vida conjugal. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 40, pp. 289-304, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000200007>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GLOBO. Corpo: artigo Indefinido. **Caderno 12**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://globouniversidadeproducao.s3.amazonaws.com/Corpo_Artigo_Indefinido.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

GRATIOT-ALFANDÉRY, H. Henri Wallon / Hélène Gratiot-Alfandéry. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4686.pdf>.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; NETO, O. C. M.; KOLLER, S. H. Adolescentes e Adolescências. *in*: HABIGZANG, L, F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. **Trabalhando com Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788582710487/>.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012.

LIMA, I. G; HYPOLITO, Á. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e pesquisa**, v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBSrD6fwbJx/?lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2022.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MACHADO, L. Z. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, n. 50, e17504, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500004>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MARTORELL, G. O Mundo da Criança: Da Infância à Adolescência. Porto Alegre: AMGH EDITORA LTDA. Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788580556308. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580556308/>. Acesso em: 24 set. 2022.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios - revista do ppgav/eba/ufrj**: n. 32. dezembro 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 10 set. 2022.

MENEZES, G. M. S. et al. Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. Suppl 1, e00197918, 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00197918>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MORENO, J. L. **Psicoterapia de grupo e psicodrama**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1974.

NETTO, R. de S... Religião, política e a história dos nossos dias. **Topoi**, Rio de Janeiro. v. 23, n. 50, pp. 637-642. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02305016>. Acesso em: 5 nov. 2022.

OKA, M.; LAURENTI, C. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 1, pp. 238-251, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170524>. Acesso em: 18 mai. 2022.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Saúde sexual, direitos humanos e a lei**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. Editorial v. 25, n. 2 - Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 217-220, 29 ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4939/4781>. Acesso em: 29 set. 2022.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI /Gay Latino, 2018. ISBN: 978-85-66278-11-8. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, pp. 09-26, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt#>. Acesso em: 1 nov. 2022.

RISTUM, M. **Violência na escola, da escola e contra a escola**. In: Assis, S.G; Constantino, P; & Avanci, J.Q. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-05.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, pp. 64-73, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>. Acesso em: 27 set. 2022.

SANT ANA, A. L. de. **As consequências da revolução sexual**: Uma reflexão sobre as transformações da vida íntima em tempos de modernidade líquida. Orientador: Dr. André Moyses Gaio. 2016. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/ANDERSON-LU%C3%8DS-DE-SANT%C2%B4ANA-sda.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SANTROCK, J. W. Adolescência / John W. Santrock. 14 ed. - Porto Alegre: AMGH EDITORA LTDA, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580552416/>.

SOUZA, R. A.; BRANDÃO, E. R. À sombra do aborto: o debate social sobre a anticoncepção de emergência na mídia impressa brasileira (2005-2009). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, pp. 161-176, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000017>. Acesso em: 5 nov. 2022.

TOSATTO, C.; PORTILHO, E. M. L. A. Criança e a infância sob o olhar da professora de educação infantil. **Educação em Revista**. 2014, v. 30, n. 3, pp.

153-172. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000300007>. Acesso em: 05 nov. 2022.

VIEIRA, K. F. L. et al. Representação Social das Relações Sexuais: um Estudo Transgeracional entre Mulheres. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, pp. 329-340, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752013>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, pp. 453-474, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226923>. Acesso: em 6 out. 2022.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**, São Paulo, v. 38, e2019054, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 05 nov. 2022.

WITTIG, M. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. 1º ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.